

Os direitos humanos em conflito: polêmica, violência verbal e emoções nas redes sociais

Human rights in conflict: controversy, verbal violence and emotions on social networks

Ananias Agostinho da Silva*
ananiaspget@yahoo.com.br
Universidade Federal Rural do Semi-Árido

RESUMO: Este trabalho analisa interações verbais polêmicas sobre a temática direitos humanos no atual contexto brasileiro em comentários de usuários do *site* de rede social *Facebook*, atentando para estratégias linguísticas por eles mobilizadas para a inscrição de seus pontos de vista, bem como observando as funções que o desacordo, a violência verbal e a emoção podem exercer na construção de polêmicas públicas sobre temas relacionados à humanização de direitos considerados como essenciais à vida. Para tanto, fundamenta-se nos estudos de Amossy (2018, 2017a, 2017b) e em trabalhos de autores como Kerbrat-Orecchioni (1998, 2006, 2014), Brown e Levinson (1999), dentre outros. Os resultados obtidos a partir da análise dos dados sugerem que a violência verbal e a emoção assumem diversas funções nas interações de usuários em *sites* de redes sociais. Apesar de não serem constitutivas da polêmica, essas estratégias linguísticas exacerbam a polêmica, porque acirram a polarização e a desqualificação do outro.

PALAVRAS-CHAVE: Violência Verbal. Direitos Humanos. Redes Sociais.

ABSTRACT: This work analyzes polemics verbal interactions on the subject of human rights in the current Brazilian context in comments of users of the social network site Facebook, paying attention to the linguistic strategies mobilized by them for the inscription of their points of view, as well as observing the functions that the disagreement, verbal violence and emotion can exert in the construction of public polemics on subjects related to the humanization of rights considered essential to life. For this, it is based on the studies of Amossy (2018, 2017a, 2017b) and works by authors like Kerbrat-Orecchioni (1998, 2006, 2014), Brown and Levinson (1999), among others. The results obtained from the analysis of the data suggest that verbal violence and emotion assume several functions in the interactions of users in social networking sites. Although they are not constitutive of the polemic, these linguistic strategies exacerbate the polemic, because they intensify the polarization and the disqualification of the other.

KEYWORDS: Verbal violence. Human rights. Social networks.

* Graduado em Letras - Língua Portuguesa, pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Mestre em Letras, pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Doutor em Estudos da Linguagem, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

1 Introdução

No Brasil, a temática sobre os direitos humanos tem ganhado relevância substancial nos últimos anos, em virtude dos diversos tipos de conflitos vividos no país, bem como do cenário de insegurança e/ou de incerteza que vivem muitos dos brasileiros, provocado por alguns acontecimentos políticos e jurídicos que ameaçam desestabilizar a ordem econômica, política e social. A defesa dos direitos humanos como fundamentais e como invioláveis parece ser protestada por alguns sob o argumento de que o conceito sugere uma alta carga ideológica, assim como implica em vagueza, generalidade e abstração do que se entende de fato por direitos humanos, de maneira que quase tudo parece ser passível de inclusão na agenda, gerando o risco de uma banalização do Direito e dos direitos.

A polêmica tem sido ainda mais energizada com declarações do Presidente Jair Messias Bolsonaro e também de membros de seu governo. Ao ser eleito, em declaração a uma emissora de televisão, o Presidente questionou a validade da então política de direitos humanos no Brasil: “Nós temos uma política de direitos humanos de verdade, não essa que está aí, em que o primeiro a ser atendido é o algoz e não a vítima”. Também diversas declarações da ministra Damarens Alves geraram controvérsias sobre a nova política de direitos humanos do governo. A doutrina judaico-cristã como fundamento da discussão sobre políticas relacionadas aos direitos humanos, a afirmação e defesa de um conceito conservador de família, a crítica aos posicionamentos políticos não conservadores, a adoção de criança indígena, a forte acusação e o combate a uma suposta ideologia de gênero ensinada nas escolas tematizam as principais polêmicas que envolvem a ministra.

É na mídia onde nascem e se desenvolvem as polêmicas. Com efeito, nos *sites* de redes sociais, dentre os quais o *Facebook*, os discursos polêmicos surgem e proliferam-se numa velocidade e num fluxo difíceis de controlar. Ocorre que a maneira como essas plataformas digitais se organizam parece cancelar uma exposição mais espontânea dos pontos de vista de seus usuários: a identificação com um grupo social, a possibilidade de anonimato da identidade, a condição de participante de uma discussão ampliam e diversificam as possibilidades de divulgação de informações e mesmo de proliferação de tomadas de posição (CABRAL, 2014). Em *sites* de redes sociais, “cada um encontra o meio necessário, a própria rede, para promover a cultura do fazer conjunto” (COUTO, 2014, p. 282), pois, “as pessoas se aproximam porque

têm interesses comuns e pontos de vistas político-ideológicos” (CABRAL E LIMA, 2018, p. 40).

Notadamente, nos grupos de usuários organizados com base em posicionamentos político-ideológicos, os debates travados são fortemente intensos, porque, frequentemente, focalizam temas polêmicos. É que, como corolário às afinidades que fundam esses grupos, surgem, também, as dissensões, os conflitos, os desacordos inerentes ao debate público. Assim, em *sites* de redes sociais, o comportamento do usuário quanto ao engajamento político pode ser representado numa dimensão escalar: ele pode se manter supostamente neutro, pode defender um ponto de vista de forma sóbria e coerente ou pode até optar por uma forma mais emocional ou até violenta de enunciar ou de militar em favor de uma causa ou mesmo de um partido (DUARTE E SILVA, 2018). Interessa-nos, de maneira especial, esse último tipo de comportamento, por supormos que, nas discussões acerca dos direitos humanos na política do atual governo brasileiro, posturas acentuadamente marcadas pelas emoções, pela impolidez, pela violência verbal tornam as interações dos usuários altamente conflituosas e polêmicas.

Portanto, tomando em conta que as relações nos *sites* de redes sociais constituem, em verdade, espaços de polêmica e que os conflitos de opiniões propiciam manifestações verbais assinaladas por uma linguagem violenta ou emotiva, nosso objetivo, neste trabalho, é analisar interações verbais conflituosas sobre a política dos direitos humanos do governo brasileiro em comentários de usuários do *site* de rede social *Facebook*, atentando para as estratégias linguísticas por eles mobilizadas para a inscrição de seus pontos de vista, observando as funções que o desacordo, a violência verbal e a emoção podem exercer na construção de polêmicas públicas sobre temas relacionados à humanização de direitos considerados como essenciais à vida. Em específico, a análise focaliza comentários de usuários a dois *posts* de duas páginas do *Facebook*: a página *Meu professor de história* e a página *Quebrando o tabu*.

Teoricamente, a filiação do presente artigo se inscreve na agenda de estudos elaborados no quadro da análise do discurso, numa interface com a argumentação, em específico nas investigações que contemplam o estudo da polêmica delineado por Amossy (2008, 2017a, 2017b), e com estudos sobre a violência e a emoção em interações verbais, de acordo com os trabalhos de autores como Kerbrat-Orecchioni (1998, 2006, 2014) e Brown e Levinson (1999).

2 Interações verbais

As interações verbais, antes realizadas apenas sob a forma da conversação oral, regularmente marcada pelas reações físicas dos interlocutores, são hoje mediatizadas por dispositivos midiáticos que permitem a troca verbal segundo diversos mecanismos reguladores da sincronização interacional. Nesses casos, as interações verbais realizam-se através da escrita ou de outros sistemas semióticos ou ainda pela simbiose de vários sistemas que intervêm no funcionamento da interação. Todavia, mesmo que se alterem os sistemas de materialização da língua, o que implica no emprego de mecanismos de ajustes próprios, alguns procedimentos de validação interlocutória continuam sendo essenciais, porque determinam o funcionamento de toda interação (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006).

No caso das interações verbais realizadas pela escrita, como as que ocorrem por meio de comentários escritos em postagens de *sítes* de redes sociais, as escolhas linguísticas realizadas pelos usuários são essenciais para assinalar o funcionamento das interações. Nessas situações de interação, os interlocutores não dispõem de elementos prosódicos e vocais, mas de marcas assinaladas pelas escolhas linguísticas que fazem ou também pela maneira como as construções são organizadas nos enunciados. Tais marcas funcionam como pistas que evidenciam sistemas reguladores da troca verbal, porque as reações de cada interlocutor dependem da interpretação que ele faz do outro. No geral, esses sistemas permitem que os interlocutores considerem seus parceiros de interação, que reconheçam qual a direção a tomar no desenvolvimento da interação, escolhendo estabelecer maior proximidade ou maior distanciamento (CABRAL; ALBERT, 2017), ou apresentar outras reações que forem necessárias, como recuar, rebater, opor-se, resistir, enfim.

De fato, as trocas verbais sempre se desenvolvem em uma situação particular de interação. Por isso, o quadro contextual apresenta-se como elemento bastante relevante para a produção e para a interpretação e análise de uma situação de interação. De acordo com Kerbrat-Orecchioni (2005), é preciso considerar o conjunto dos conhecimentos, das crenças, dos preconceitos, das paixões dos interlocutores envolvidos, ou seja, quem são esses sujeitos, de onde falam, como desenvolvem as trocas verbais, para alcançar quais objetivos, enfim, o contexto da interação. De modo geral, ainda segundo a autora, o contexto das interações verbais é composto por três elementos igualmente importantes: o ambiente, a finalidade e os participantes. Os

participantes referem-se aos interlocutores diretamente envolvidos na interação. A finalidade corresponde ao objetivo que provoca a interação. É colocada no início da interação, mas pode ser constantemente negociada entre os interlocutores. O ambiente compreende o tempo e o lugar da interação.

Concernente ao ambiente de interações verbais no *Facebook*, o *site* de rede social instaura uma espacialidade intangível, controlada pelas possibilidades e pelos limites que são impostos pelos *softwares* que o constituem. O tempo é cronológico, com regular alternância de turnos de fala, todavia os interlocutores conseguem manter a comunicação em momentos de tempo diferenciados, conforme a disponibilidade de acesso à rede ou mesmo o interesse de dar seguimento à conversação. Isso significa que os participantes podem estar situados geograficamente em lugares distintos, porque o espaço de interação é virtual, e inscreverem seus turnos de fala em instantes também diferentes. São variadas as finalidades com que interagem os usuários do *Facebook* na rede, assim como também são diversificados os seus perfis, podendo estar em constante construção.

Se os atributos individuais dos interlocutores e as relações que estabelecem entre si determinam o tipo de interação estabelecida, no *Facebook*, nem sempre essas informações estão disponíveis para os interlocutores nem para um analista. São indispensáveis, portanto, certos índices de contextualização que orientam e, em parte, regulam as interações dos interlocutores. Segundo enfatiza Kerbrat-Orecchioni (2005), tanto as informações conhecidas previamente à interação quanto aquelas que são fornecidas no processo constituem índices de contextualização. Em interações realizadas essencialmente pela escrita, quando o espaço pode ser virtual e as manifestações dos interlocutores não são necessariamente subsequentes, são índices de contextualização as informações provenientes de um texto anteriormente produzido para o qual se pretende apresentar uma resposta (CABRAL, 2007).

3 Polêmica

Em geral, as pessoas prezam por interações harmônicas, todavia, situações de desentendimento, de confrontos verbais acontecem frequentemente no dia a dia, sob a forma de debate, disputa, alteração, controvérsias, que podem se desenrolar nas conversações mais corriqueiras. Dentre as modalidades do dissenso encontra-se a polêmica, que, para Amossy (2017b), compreende a polarização extrema e a

confrontação radical de posições antagônicas. As polêmicas se desenvolvem de forma consistente e frequente nas sociedades democráticas contemporâneas, tais como o Brasil. Abordam sempre um assunto de interesse público, porque não tratam de uma discussão entre particulares apenas. Desenvolvem-se em torno de questão da atualidade, de interesse público, que comporta os anseios da sociedade mais ou menos importantes numa dada cultura (AMOSSY, 2017b). São demarcadas cultural e temporalmente, isto é, um acontecimento pode desencadear uma polêmica numa dada sociedade, mas não em outra. A duração de uma polêmica é efêmera, ou seja, pode ser inflamada quando surge, mas pode facilmente cair no esquecimento.

Na antiguidade, as polêmicas desenrolavam-se em interações nas praças públicas, nos centros de comércio e espaços jurídicos. Hoje, elas se desenvolvem na mídia, nos jornais, nos *sítes* de redes sociais, especialmente. As redes sociais digitais são, pois, os espaços públicos nos quais se instauram as polêmicas nas sociedades contemporâneas. Nesse ambiente, como observou Silva (2018), tudo é muito volúvel, tudo se torna facilmente publicizado. Qualquer acontecimento que desperte emoções, por mais efêmero que possa ser, pode provocar um choque de conflitos, de pontos de vistas nas redes sociais e envolver um número expressivo de usuários, tornando-se de interesse público.

Amossy (2017b) entende a polêmica como uma modalidade argumentativa que se caracteriza pela dicotomização do discurso, pela desqualificação do outro e pelo apelo às emoções. O discurso polêmico é marcado por uma oposição de discursos que distingue justamente a polêmica do simples debate conflitual. Duas opções antitéticas se excluem mutuamente. Na polêmica, os interlocutores não interagem visando um acordo ou solução do conflito instaurado. A intenção é marcar ainda mais a oposição. As posições dos atores envolvidos na polêmica são bem colocadas e estabelecidas: a polêmica envolve um proponente e um oponente em face de um terceiro. Convém esclarecer que “não se trata aqui mesmo de pessoas, mas de papéis (temáticos): defensor da posição proposta, opositor dessa posição, ouvinte-espectador da confrontação” (AMOSSY, 2017b, p. 56).

Uma estratégia usada para acentuar as diferenças marcadas pela dicotomização do discurso polêmico é a desqualificação do outro. Na realidade, “a exacerbação de oposições (a dicotomização) se concretiza, *in loco*, numa divisão em grupos antagônicos em que cada um afirma sua identidade social opondo-se e fazendo do outro o símbolo do erro e do mal” (AMOSSY, 2017b, p. 58). É que a

polarização dos discursos provoca um movimento de difamação do adversário, de descrédito e deslegitimação do outro. Com efeito, para proceder à desqualificação do discurso do outro (e do próprio outro), o proponente pode apelar a um conjunto de procedimentos discursivos e retóricos, dentre os quais, segundo Amossy (2017b): a negação, a ironia, a reformulação, a hipérbole, os jogos sistemáticos de oposição, o manejo direcionado do discurso relatado, a marcação axiológica e outros. Todos esses procedimentos podem agir desqualificando o discurso do adversário ou mesmo lançar descrédito sobre a imagem do próprio adversário. O argumento *ad hominem*. Nesse caso, a violência verbal assume papel como estratégia do discurso polêmico, porque a agressão ao outro implica sempre em desqualificação.

O uso desses procedimentos sugere que o discurso polêmico é atravessado pela emoção, pela subjetividade do locutor, marcado pela sua tomada de posição em relação ao tema tratado. Nessa mesma direção, Amossy (2017b, p. 61) observa que “a confrontação dicotomizada de teses antagônicas e a polarização que ela desencadeia supõem sujeitos profundamente implicadas no debate”. Ou, conforme aponta Kerbrat-Orecchioni (1980, p. 25), o discurso polêmico “partilha [...] com alguns outros a propriedade de ser muito fortemente marcado enunciativamente”. De fato, no discurso polêmico, há diversas possibilidades de o interlocutor marcar sua subjetividade: afirmações categóricas, negações, exclamações, dentre outras. No caso de interações em plataformas digitais, como o *Facebook*, dispõe, ainda, de diversos recursos multimodais que constituem códigos semiológicos verbo-visuais. Em todas as situações, a emoção aparece como resultado da implicação do locutor no discurso: quanto mais engajado o locutor, mais marcado o discurso polêmico.

Mesmo que o recurso às emoções e à violência verbal não constituam elementos obrigatórios da polêmica, já que um interlocutor pode implicar-se em uma polêmica sem o uso de um recurso marcado pela emoção em seu discurso, e que, de modo semelhante, nem toda violência verbal gera uma polêmica, os procedimentos discursivos que sugerem a violência verbal ou o apelo às emoções são elementos estratégicos no funcionamento de uma polêmica, e interferem sobremaneira no acionamento de uma dicotomização de pontos de vista e na desqualificação do outro, reforçando o caráter polêmico de um discurso.

4 Violência verbal

Em interações polêmicas, marcadas pelo conflito, pelo choque de opiniões e de pontos de vista antagônicos, o recurso à violência verbal é notadamente frequente. De acordo com Amossy (2008), a linguagem usada para ofender deve ser entendida como um registro discursivo, relativo ao estilo adotado em uma interação agonística. Mesmo que não determine a polêmica, não se pode ignorar que o emprego de uma linguagem mais hostil e agressiva intensifica a dicotomização, a polarização e o descrédito do outro que a fundamentam (AMOSSY, 2017b). Por isso, frequentemente, a violência verbal acompanha a polêmica.

O emprego de ofensas verbais ocorre, principalmente, em situações de impolidez – termo que se opõe ao conceito de polidez. Nos estudos sobre interações verbais, segundo observa Kerbrat-Orecchioini (2006, p. 77), a noção de polidez é entendida como o conjunto de “todos os aspectos do discurso que são regidos por regras, cuja função é preservar o caráter harmonioso da relação interpessoal”. É que as interações verbais podem ser muito mais conflituosas do que pacíficas e, em situações de dissenso, a depender do grau de discórdia, os interlocutores podem ter suas imagens, suas faces ameaçadas. As ameaças às faces podem ser interpretadas como uma forma de violência verbal.

No contexto das interações verbais, a noção de face foi primeiramente colocada por Brown e Levinson (1999) para referir-se às imagens que os interlocutores constroem de si e do outro em uma situação de interação. O emprego de estratégias de polidez no discurso permite a preservação das faces, a impolidez, ao contrário, sugere uma ameaça às faces dos interlocutores. Dado o caráter vulnerável das interações, as faces podem ser constantemente ameaçadas por atos verbais que são interpretados como impolidos, uma forma de violência, porque desestabilizam de alguma forma as faces. Nos casos de violência verbal, as faces são energeticamente ameaçadas por atos de impolidez altamente transgressores.

Bousfield (2008) distingue os atos de ameaça às faces e classifica-os em três tipos: intencionais, incidentais ou acidentais. Os atos intencionais ocorrem quando o interlocutor age de maneira conscientemente maliciosa para agredir ao outro. Os atos incidentais ocorrem quando a ameaça não é antecipadamente planejada, ou seja, quando a agressão acontece no desenvolvimento da interação verbal, mas, ao percebê-la, o interlocutor não se preocupa em recorrer a estratégias de preservação da face, de polidez. Os atos acidentais ocorrem quando a agressão é realizada de forma inconsciente, quando não há intenção do interlocutor em fazer ameaças à face.

Segundo Cabral e Albert (2017), essa distinção é relevante para colocar a diferenciação entre impolidez e rudeza: a violência verbal. Sim porque apesar de os atos de impolidez caracterizarem, geralmente, algum tipo de violência verbal, não se trata de uma condição, ou seja, é possível que um ato de ameaça às faces não constitua necessariamente uma agressão verbal. Tudo depende do grau de violação da expectativa esperada para uma dada situação de interação verbal.

Todavia, não se pode ignorar o aspecto cultural atinente ao fenômeno da polidez e da violência verbal. Conforme Culpeper (2011), o que é considerado como ofensivo ou mesmo insultuoso para certo interlocutor, em uma dada situação de interação, pode não ser assim percebido por outro interlocutor, numa situação diversa. Considerar o ambiente onde se desenrola a interação é, pois, condição necessária para que se possa compreender o funcionamento da troca verbal entre os participantes. Relativamente ao *Facebook*, consoante Cabral e Lima (2018), mesmo que a plataforma não estimule a agressividade nas interações, normas de polidez também não são impostas, de maneira que o uso de estratégias de impolidez e de violência verbal não é controlado – apesar dos termos de uso. Muitas interações verbais injuriosas desenvolvidas nesse espaço são intencionais, chanceladas pela constituição de um contexto propício ao anonimato.

Nessas circunstâncias, muitos usuários usam linguagem rude para defender seus pontos de vistas em situações conflituosas, lançam injúrias em debates de temas polêmicos, enfim, empregam a linguagem intencionalmente para ofender, motivados por suas emoções e pressões características do discurso polêmico.

5 Emoções

De acordo com Kerbrat-Orecchioni (1980, p. 07), “a polêmica se inscreve num contexto de violência e de paixão”. Todavia, na construção de um estatuto da polêmica, Amossy (2017a) esclarece que a presença das emoções num discurso não é garantia de seu caráter polêmico: o que assegura a polêmica é o embate de opiniões contraditórias. Também nessa mesma direção observa Micheli (2010) que a construção discursiva das emoções é um traço característico do discurso polêmico, mas não definitivo. Não obstante, com o cuidado de não provocar contradição, a própria Amossy (2017b) reconhece que as discussões racionais isentas de emoção estão longe de existir. Em algumas interações, a inscrição da emoção no discurso

confere à polêmica um estilo muito mais exagerado, de modo que, pode-se concluir, a emoção não instaura a polêmica, mas a exacerba.

Tal problemática é ainda mais acentuada quando se tenta compreender a relação entre linguagem e emoção. Principalmente por influência de uma concepção interacionista de linguagem (e de língua enquanto interação), diversas abordagens dos estudos linguísticos passaram a considerar distintos aspectos relativos às subjetividades dos sujeitos e às maneiras de inscrição do engajamento no discurso. A esse respeito, por exemplo, Kerbrat-Orecchioni (2006b, p. 81) apresenta uma escala que demonstra que algumas unidades lexicais da língua têm uma carga semântica mais ou menos forte no que concerne à subjetividade:

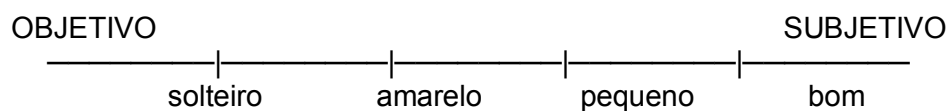


Figura 01: Escala de emoções

A escala que propõe a autora sugere um certo grau de subjetividade das unidades lexicais da língua, que vai aumentando da direita para a esquerda. Acerca dos exemplos usados pela autora, Rodrigues (2017) observa que, nas expressões usuais da língua, não existem dúvidas quanto ao estado civil de alguém ser *solteiro*, no entanto, o mesmo não se pode afirmar sobre o lexema *bom*, já que os valores a respeito do sentido desse lexema poderão ser alterados de um interlocutor para outro. Essa flutuação de sentidos deriva, ao menos em certa medida, do fato de lexemas desse último tipo estarem associados à expressão de valores subjetivos diferenciados, de algum modo, conforme o interlocutor. Assim, lexemas como *bom* estão diretamente relacionados com a expressão verbal das emoções. As emoções podem se expressar no próprio léxico da língua, já que a língua dispõe de termos como os pronomes, onomatopeias, verbos, diminutivos, aumentativos, enfim, que possuem uma dimensão mais afetiva (WIERZBICKA, 1999).

Mas as emoções não se expressam somente no plano do léxico. Nos diversos níveis da língua há recursos que podem ser usados pelos sujeitos para marcar emoções. Wierzbicka (1999) destaca, por exemplo, num nível discursivo, procedimentos retóricos como metáforas e comparações, num nível sintático, o uso de modalidades, de construções passivas, construções completivas, deslocamentos, exageros ou diminuições com advérbios quantitativos, dentre outros recursos que

expressam um ponto de vista afetivo. De fato, são variadas as maneiras de inscrição das emoções na língua. E tudo está muito relacionado às escolhas estilísticas que são realizadas pelos sujeitos para alcançar seus objetivos. É claro que nem sempre a escolha se faz assim tão consciente, mas depende do engajamento dos sujeitos.

Além disso, convém considerar que o conceito de emoção é transcultural (WIERZBICKA, 1999), ou seja, as emoções diferem quanto às formas de expressões linguísticas e em função dos extratos socioculturais aos quais se ligam. Ora, se o conceito de emoção recebe influências culturais, não pode ignorar, também, a influência que exerce o ambiente onde se desenvolve determinada interação. Em alguns ambientes, parece que os sujeitos se emocionam com mais facilidade do que em outros. Ocorre que “[...] as emoções não são desencadeadas, necessariamente, pelos próprios acontecimentos ou pelas próprias situações, mas pela avaliação desses acontecimentos ou situações” (MICHELI, 2010, p. 175). Não é uma situação que nos emociona, mas as representações que construímos a respeito deles. Em cenários de interações polêmicas, os interlocutores encontram-se profundamente implicados na defesa de suas propostas porque se engajam com as avaliações que constroem dos temas e das situações onde se desenvolvem as interações.

6 Análise

Se a violência verbal e a emoção exacerbam a polêmica sobre um conflito, é imperativo observar a organização e as funções que esses dispositivos enunciativos podem exercer em situações de interação verbal marcadas pelo dissenso. Para tanto, selecionamos duas situações de trocas verbais no *Facebook* em torno de temas polêmicos envolvendo os direitos humanos. O primeiro *post* refere-se à acusação de que a ministra Damares Alves impediu a visita de legistas do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura¹ em presídios do Ceará para apuração de denúncias de casos de tortura e gerou polêmica entre defensores do órgão e dos direitos humanos e defensores do governo. Na página *Meu professor de história*, o *post* sobre o acontecimento foi curtido por mais de 900 internautas e compartilhado mais de 500

¹ Trata-se de um órgão do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, instituído de acordo com a Lei nº 12.847, sancionada no dia 2 de agosto de 2013. O órgão é composto por 11 especialistas independentes (peritos), que acessam às instalações de privação de liberdade para constatar violações de direitos humanos.

vezes noutros perfis de usuários ou em outras páginas da rede. O *post* rendeu bastante engajamento dos usuários, apresentando, até a data de coleta dos dados², mais de 1000 comentários com avaliações e julgamentos a respeito da polêmica instaurada.

O segundo *post*, cujos comentários são tomados aqui para análise, publicado na página *Quebrando o tabu*, constitui-se de recortes de uma reportagem da revista *Época* que trata sobre a história da índia Lulu Kamayurá, supostamente adotada pela ministra Damares Alves. A reportagem apresenta depoimentos de indígenas da tribo kamayurás que sugerem ter sido a criança retirada da aldeia contra sua vontade e dos indígenas responsáveis por ela. A suposta acusação de sequestro gerou controvérsias que envolveram os seguidores da página: o *post* teve mais de 700 comentários, além de ter sido compartilhado mais de 300 vezes e de ter sido curtido por mais de 1000 pessoas até a data de coleta de dados.

Os dois *posts* citados tratam de assuntos que instauraram polêmicas no Brasil, seja porque envolvem personalidade pública (a ministra Damares Alves), seja porque tratam da violação de direitos humanos, seja porque sugerem o envolvimento do governo nas decisões tomadas. Fato é que, nos dois casos, usando uma generalização, instalou-se uma polarização entre os usuários: sobre o primeiro caso, alguns internautas se posicionaram favoráveis à decisão da ministra, alegando tratar-se de uma decisão sensata para evitar gastos públicos desnecessários, e outros se manifestaram contra, afirmando tratar-se de violação de direitos humanos com motivação política. No segundo caso, também alguns usuários defendem a ministra, sugerindo a adoção como ato de compaixão, por se tratar de uma criança em situação de vulnerabilidade, outros acusam-na de violação de direitos da criança asseguradas em legislação, o que sugere uma incapacidade para assumir o cargo de ministra. Os *posts* funcionam como motivação para interações verbais entre usuários de perfis variados, cujo engajamento se acentua pelo emprego de estratégias enunciativas que assinalam o caráter polêmico do episódio – a desqualificação, a violência verbal e a emoção.

Agrupamos os comentários conforme as funções que exerciam a violência verbal e as emoções nas interações verbais. A intenção foi verificar como o enunciado marcado pela violência ou pela emoção ou por ambos pode contribuir para estimular

² A coleta de dados foi realizada entre os dias 20 a 28 do mês de fevereiro de 2019.

a polêmica, ao mesmo tempo em que pode marcar o engajamento do interlocutor e incitar a defesa de um ponto de vista. Para o tratamento desses aspectos, identificamos algumas categorias de análise, levantadas a partir de adaptações feitas com base em Seara e Cabral (2017) e Cabral e Lima (2018) e nas evidências do *corpus*. Assim, sobre as funções que exercem a violência verbal nas interações polêmicas: a desqualificação focada no outro, a desqualificação do tema tratado, a desqualificação dos argumentos e a desqualificação desviante. A inscrição das emoções no discurso exacerba a polêmica quando ocorre: a radicalização da expressão da oposição, a desvalorização do outro de forma direta, a desvalorização do outro de forma irônica e a consolidação da identidade do grupo.

É possível recorrer a uma linguagem agressiva para desqualificar o outro.

R.S.: Você é petista verme desprezível, gerado nas profundezas do inferno.

T.V.: Só um animal não... entenderia que ela ajudou a criança evitando que ela fosse morta.

S.S.: T.V., a senhora tem cara de quem acredita mais no papai Noel do que seus netinhos.

A.G.: Se vc axa q o governo deve ter pena de bandido leva eles lá pra sua casa, palhaço.

S.D.: Haaaa, tadinho dos presidiários bandidos, todo castigo pra vagabundo e pouco!! Haaa esse povo q está de mimimi, podia morrer também.

M.N.: A.G. goiabeira.

A.G.: M.N lambe saco do Marcelo Freixo.

Os comentários ilustram situações de interação nas quais os interlocutores fazem ataques pessoais, na intenção de desqualificar o parceiro de comunicação. É o recurso ao argumento *ad hominem*, ou seja, busca-se desqualificar a argumentação do outro não pelo seu conteúdo ou pela sua construção racional, mas atingindo a sua pessoa, porque se acredita que o descrédito lançado sobre as pessoas anula a força de seus argumentos. No primeiro comentário, por exemplo, o fato de o interlocutor ser petista desvalida sua argumentação sobre o tema em debate. Também nesse mesmo comentário, as ofensas são levadas ao extremo, numa tentativa de diabolização ou de apresentação do adversário com traços do mal absoluto (AMOSSY, 2017b). O outro demonizado é excluído do diálogo, sua argumentação é inválida. A desumanização do outro se castiga com a morte – *podia morrer também*. Essa estratégia incita ao ódio. Na verdade, os comentários são atravessados por um discurso de ódio que estimula à discriminação do outro e infringe os direitos humanos

considerados fundamentais, conforme se verifica pelo emprego dos adjetivos destacados acima.

Esse discurso demasiadamente engajado denuncia a inscrição de emoções dos usuários. Eles imprimem nos enunciados o sentimento de desprezo absoluto, de cólera pelo outro que é explicitamente afrontado, desvalorizado de forma direta. Essa atitude radicaliza a polarização entre os usuários e seus pontos de vista a respeito das polêmicas que geraram os comentários. Na polarização, a estratégia de desqualificação do adversário opõe-se, mesmo que implicitamente, a um esforço de posituação de si. Na verdade, quanto mais implicados os interlocutores estiverem com as polêmicas, mais transparente será a manifestação de suas emoções no discurso. É o que se pode verificar, por exemplo, no primeiro comentário. A seleção lexical e o arranjo sintático-semântico sugerem o grau de envolvimento do internauta, bem como sua diligência no empreendimento de desqualificação do adversário. Nesses casos, ainda, as emoções parecem também funcionar como um recurso argumentativo que auxilia na defesa de um ponto de vista.

As acusações dos dois últimos comentários podem soar alguma estranheza. É que só parece ser possível compreendê-los quando se recorre ao interdiscurso. Alcinhar o adversário de *goiabeira* pode, *a priori*, não constituir uma ofensa ou mesmo sugerir falta de foco ou interessa na interação. Todavia, o uso faz referência ao episódio em que a ministra Damares Alves afirmou publicamente ter conversado com Jesus Cristo em uma árvore de goiabeira. Na *internet*, o episódio foi alvo de críticas de diversos internautas, a ponto da sanidade da ministra ser questionada ou a veracidade do acontecimento por ela narrado. Nesse sentido, nomear o adversário de *goiabeira* é também uma agressão, uma forma de questionar a lucidez do outro. Pode ser também uma maneira de considerar o adversário um inimigo irreduzível, de reduzi-lo ao silêncio ou até mesmo de excluí-lo do diálogo. Entretanto, a réplica anula essa possibilidade. Dizer que o oponente ultrapassa os limites do razoavelmente aceitável para agradar uma personalidade política é outra estratégia que coloca em dúvida o seu caráter.

Outros comentários desqualificam o tema:

R.S.: Sério mesmo está matéria? Kkkkkkk

J.A.: Chega dos direitos dos manos nas penitenciárias.

J.N.: O que incomoda mesmo é o fim do Bolsa Oportunista, dos "torturados" sem testemunhas.... 😊😊😊😊

N.A.: Não acredito que alguém defende a tortura de um ser humano. Cade os direitos humanos, meu povo? 🙄🙄🙄🙄🙄🙄

J.A.: Direitos humano é meuzovo! 😏😏😏😏😏

Encontra-se aqui um conflito em torno da temática dos direitos humanos. É que não está em jogo apenas a acusação de se proibir a investigação sobre a tortura em presídios do Ceará. Além disso, discute-se a respeito da própria eficiência dos direitos humanos. No primeiro comentário, o interlocutor questiona sobre a validade da matéria em discussão, sugerindo ironia no tratamento da questão, o que se verifica pelo emprego de sinal icônico representativo do riso. Desqualifica, portanto, o tema, tomando-o como irrelevante. Ainda nessa direção, no terceiro comentário, o emprego das aspas ironiza a argumentação de que presidiários sofram algum tipo de tortura nas cadeias do Brasil. Alega que as políticas de assistência acabam beneficiando esses indivíduos injustamente: os *direitos dos manos*. Mesmo que essa categorização não seja marcada explicitamente por enunciados de violência verbal, o caráter pejorativo do termo sugere uma agressividade em relação ao tema dos direitos humanos. Também na interação que se estabelece a partir dos dois últimos comentários o conflito sobre os direitos humanos é acentuado. Verifica-se a polarização característica da polêmica: a defesa dos direitos humanos como forma de assegurar direitos fundamentais versus a negação dos direitos humanos. A linguagem insultuosa confere à interação um tom de agressividade, de indisposição ao diálogo, de falta de desinteresse ou até mesmo de desvalorização do tema.

Os enunciados acima são marcados pelo engajamento dos interlocutores. Ao desqualificar o tema dos direitos humanos, eles acabam inscrevendo uma avaliação, um juízo de valor nos comentários. No quarto comentário, por exemplo, há um alto grau de engajamento do usuário. O sentimento é de indignação, quase de injúria com o adversário que defende a tortura para presidiários. Em Aristóteles (1991, p. 81), a indignação é tomada como “a dor que se experimenta ao ver a sorte de alguém que a não merece” ou “a dor de ver alguém sofrer por uma desgraça não merecida”. Nesse caso, não se trata, necessariamente, de se merecer ou não, mas de uma hierarquia de valores. O humano, o direito à humanização está colocado como um valor superior a qualquer outro nesta hierarquia. Não se trata de julgamento sobre as ações do outro para se fazer algum tipo de justiça pautada somente na razão, mas, antes disso, de reconhecer o outro como humano e de protestar para que direitos fundamentais sejam assegurados.

Sobre a inscrição das emoções no discurso, ainda cumpre observar mais um aspecto atinente que não pode ser ignorado quando se discute sobre interações em ambientes virtuais. Os *emoticons* são recursos paralinguísticos usados pelos usuários de algumas redes sociais digitais para traduzir uma ideia, um estado psicológico ou uma emoção. São tipograficamente representados por encadeamentos de caracteres que ilustram ícones de expressões faciais convencionalmente sugestivas de sentimentos. Nos últimos três comentários anteriormente reproduzidos, os *emoticons* sugerem emoções e estados de espírito dos usuários (diversão, indignação, zombaria, respectivamente) em relação ao conteúdo descrito. Conforme Amossy (2017b), um sentimento manifestado com veemência pode sugerir um interlocutor profundamente implicado com sua proposta. Com efeito, o recurso aos *emoticons* pode ser uma evidência de maior engajamento do interlocutor com o enunciado sobre o qual reagiu.

Outra função que exerce a violência verbal em situações virtuais de interação é desqualificar o processo argumentativo do adversário.

T.M.: Quem defende bandido é por que ainda ã foi vítima, mas vc tem família seu egoísta. Defenda quem já foi vítima.

S.S. Você consegue mesmo acreditar nessa historia da doidamares? isso é historia pra boi dormir, historia da carochinha.

R.F.: “Toda mulher nasceu para ser mãe”, nem que seja catando filho alheio a força.

C.B.: Discordo de "toda mulher nasceu pra ser mãe" existem muitas mulheres que não tem a menor vocação pra ser mãe! Tem mulher que é pior do que cachorra.

C.C.: NEM TODAS NASCERAM PRA SER MÃE PORQUE ALGUMAS TEM PROBLEMAS FÍSICOS OU SÃO LOUCAS.

J.A.: C.C no caso da damares é mental msm meu anjo

R.F.: C.B. Gente que não entende ironia não tá preparada pra vida...

O primeiro comentário é uma reação a um conjunto de outros comentários que expressam defesa aos direitos humanos. São comentários de usuários que se colocam como desfavoráveis à decisão da ministra Damares Alves de proibir que os peritos apurassem as acusações de tortura nos presídios cearenses. No primeiro comentário, o interlocutor rebate as críticas direcionadas à ministra, buscando descreditar a argumentação empregada nos comentários anteriores. A argumentação é desqualificada porque esses usuários não são autorizados a fazê-la: só estaria apto a opinar a respeito as pessoas que foram vítimas de algum tipo de violência. O adjetivo *egoísta* reforça o matiz de agressividade na linguagem do usuário. Denota, também,

um envolvimento do usuário, a manifestação da subjetividade, de um ponto de vista sobre o outro.

Nos comentários seguintes, desencadeia-se uma interação com contribuições sobre o episódio envolvendo a origem da menina indígena criada pela ministra Damares Alves. No segundo comentário, em específico, o internauta introduz uma pergunta aparentemente retórica que funciona como reação contrária aos argumentos oferecidos em depoimentos antes já levantados. Além da desqualificação que se instaura a partir do amálgama *doidamares* – neologia irregular comum nas interações em *sites* de redes sociais digitais – a recategorização difama e deprecia a história contada pela ministra e retomada como argumento pelos seus defensores. Por outro lado, ao insinuar a desqualificação do argumento alheio, o usuário reforça a identidade do grupo que defende a argumentação oposta.

Na sequência, as contribuições giram em torno do que significa ser mãe e de quem pode sê-lo, ainda tomando como cenografia as acusações sobre o processo de adoção da filha da ministra. As aspas assinalam uma porção de discurso citado de fala da ministra Damares que é deslocada para o contexto das contribuições. Na ocasião, Damares defendeu que as mulheres nasceram para exercer a maternidade e que o modelo ideal de sociedade devia-lhes assegurar o direito de serem responsáveis pelo cuidado dos filhos, sendo financeiramente providas pelos homens. O seu discurso é reatualizado no contexto das interações virtuais para receber uma nova orientação. O internauta elabora uma acusação implícita que se sustenta na argumentação levantada pela própria ministra. Mas ocorre que há uma dificuldade de compreensão do comentário pelo usuário seguinte. De fato, este internauta toma o comentário anterior como um ponto de vista defendido em sentido literal. O marcador de opinião *discordo* abaliza a oposição relativa ao comentário anterior, acrescido de uma justificativa que desabona o argumento mal entendido. A linguagem vulgar, beirando à rudeza, acentua o tom de hostilidade da interação. O autor do último comentário percebe a incompreensão e insinua numa réplica algum desprezo sobre as colocações feitas pelo parceiro, com a intenção nítida de pôr fim à interação. Trata-se de procedimento de desvalorização do outro de forma irônica.

Não raramente, o foco das interações é desviado:

E.Y.: tortura é crime, apologia é crime também. Caso ache que bandido bom é bandido morto é bom entrar na fila.

Y.B.: E.Y. sugiro que dê essa recomendação pro Lula.

E.Y.: Que tal começar a parar de pagar aos putos de vereadores deputados e senadores?

R.X.: E.Y. verdade, não deveria ser pago a ninguém, eles não merece ter esses bons salarios.

No primeiro comentário, o usuário defende a tese de que tortura e apologia são crimes, porque infringem direitos humanos inalienáveis, e retoma uma máxima amplamente divulgada na campanha eleitoral de Jair Bolsonaro, de que *bandido bom é bandido morto*, atualizando-a num novo contexto de sentido. Ocorre que essa máxima aponta para um olhar desumanizador sobre aqueles que se envolvem com a criminalidade, enfatizado pelo julgamento de que os direitos humanos funcionam como justificativa de proteção desses sujeitos. Na verdade, esse discurso instaura uma oposição, um acirramento entre pontos de vistas mais conservadores e mais progressistas que parece subverter a lógica dos direitos humanos: de um lado, direitos humanos para pessoas direitas, de outro, direitos humanos como as ações que buscam assegurar um tratamento minimamente digno aos que infringem a lei.

No comentário em epígrafe, ecoam todos esses discursos e dissidências a respeito. Porém, há uma atualização do sentido pretendido pela desconstrução da lógica do argumento: se fazer apologia à tortura é crime, se desejar a morte do outro é fazer apologia à tortura, se ser bandido é praticar ações criminosas, então, quem defende a morte de bandido é também bandido, porque está cometendo um crime. Tal operação de desconstrução objetiva fragilizar a argumentação utilizada anteriormente. Em sequência, como reação ao primeiro comentário, o interlocutor responde de forma hostil, desviando o foco da discussão para um outro assunto, a prisão do Ex-Presidente Lula. Não apenas pelo caráter desviante, a reação sugere alguma hostilidade também porque cerceia a discussão, para pôr fim ao diálogo.

Os demais comentários destoam em relação ao tema, porque focalizam o pagamento de salários ao legislativo brasileiro. O terceiro comentário é marcado pelo emprego de palavra imprópria culturalmente para referir-se à autoridade política. Seu emprego acrescenta ao comentário certa rudez, uma nuance quase que de agressividade. Mesmo que a violência verbal não dependa em exclusivo do uso de uma linguagem grosseira, não se pode negar que a obscenidade na linguagem salienta sua aspereza. Além disso, sugere, também, um sentimento de revolta, de insatisfação por parte do usuário, que parece sentir-se lesado com a situação mencionada e com a impossibilidade de reversão. Esse sentimento, o envolvimento

do interlocutor com a polêmica não pode ser ignorado, porque é constitutivo da própria polêmica, nutre a polarização, a dicotomia, o descrédito ao outro.

7 Considerações finais

As análises empreendidas acima demonstram quão conflituosas podem ser as relações em *sites* de redes sociais como o *Facebook*, mais especialmente quando o tema das interações faz referência a uma questão polêmica, de interesse público. Na verdade, observamos que a polêmica que se constrói em torno de um dado tema é acentuada nas interações em redes sociais como efeito das funções que podem exercer a violência verbal ou as emoções. Mesmo que esses dispositivos enunciativos não sejam o cerne da polêmica, não se pode negar que exacerbam o choque de posições, o confronto de pontos de vista. Quando as paixões se inflamam, são frequentes os ataques virulentos ao adversário na tentativa de desqualificá-lo e de desacreditar sua argumentação através de estratégias diversas.

Notadamente no caso das polêmicas que geraram os comentários analisados nesse artigo, por envolverem conflitos em torno dos direitos humanos, tendo como cenografia a política brasileira atual, marcada pelo confronto de pontos de vistas e de ideologias político-partidárias, atestamos a dissensão sem alguma perspectiva de acordo. A utilização de uma linguagem agressiva, com engajamento dos usuários em graus elevados sanciona as polêmicas, pois avigora a polarização que opõe os usuários que defendem as atitudes da ministra e os usuários que a elas se opõem, por acreditarem que direitos humanos fundamentais foram violados.

De fato, se constrói uma tensão, uma crise entre os usuários da rede social que parecem não pretenderem um acordo ou a resolução do conflito instaurado. Não se trata aqui de querer convencer ou persuadir, de lutar contra o outro no sentido de fazê-lo aderir a uma tese, como se pretende nas argumentações cotidianas. No conjunto das contribuições, parece que os usuários estão muito mais empenhados em estreimar cada vez mais o conflito, em reforçar a dicotomização, desqualificando o outro em absoluto e tudo que lhe envolve. É que as interações transcendem o nível do *logos*, do argumento propriamente dito. Importa mais arruinar o outro, atacar suas fraquezas para fazê-lo inferior, subalterno ou mesmo demonizá-lo. Nesse caso, parece que a polêmica excede os limites da democracia, porque não se trata apenas do desacordo ao outro, mas quase de intolerância.

Referências

AMOSSY, R. *Imagens de si no discurso*. São Paulo: Contexto, 2008.

AMOSSY, R. Por uma análise discursiva e argumentativa da polêmica. *EID&A*. 2017a, n. 13, jan-jun, p. 227-244. Disponível em: <http://periodicos.uesc.br/index.php/eidea/article/view/1526>. Acesso em: 13 jul. 2019.

AMOSSY, R. *Apologia da polêmica*. São Paulo: Contexto, 2017b.

ARISTÓTELES. *Retórica*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1991.

BROWN, P.; LEVINSON, S. C. *Politeness some universals in language usage*. New York: Cambridge University Press, [1978] 1999.

BOUSFIELD, D. Impolitenesse in the struggle for power. In: BOUSFIELD, D.; LOCHER, M. *Impoliteness in Language*. Berlin: Gruyter, 2008. p. 127-153.

CABRAL, A. L. T.; ALBERT, S. B. Quebra de polidez na interação: das redes sociais para os ambientes virtuais de aprendizagem. In: CABRAL, A. L. T.; SEARA, I. R.; GUARANHA, M. F. *Descortesia e Cortesia*. São Paulo: Cortez, 2017. p. 267-294.

CABRAL, A. L. T. A Interação Verbal em Processos Cíveis: um caso de trólogo. In: *Anais do II Simpósio Internacional de Análise Crítica do Discurso*. São Paulo, USP, 2007. Disponível em: http://www.fflch.usp.br/dlcv/enil/pdf/76_Ana_Lucia_TC.pdf. Acesso em: 16 jul. 2019.

CABRAL, A. L. T.; LIMA, N. V. Interações conflituosas e violência verbal nas redes sociais. *Revista (Com)Textos Linguísticos*. 2018, v. 12, n. 22, p. 39-58. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos/article/view/20626>. Acesso em: 14 jul. 2019.

CABRAL, A. L. T.; LIMA, N. V. Argumentação e polêmica nas redes sociais: o papel de violência verbal. *Signo*. 2017, v. 42, n. 73, p. 86-97. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/signo/article/view/8004>. Acesso em: 10 jul. 2019.

COUTO, E. S. Narrativas pessoais nas redes sociais digitais. In: CORACINI, M.J.; CARMAGNANI, A. M. G. *Mídia, exclusão e ensino: dilemas e desafios na contemporaneidade*. Campinas: Pontes Editores, 2014. p. 281-295.

COUTO, E. S.; ROCHA, T. B. *A vida no Orkut*. Narrativas e aprendizagens nas redes sociais. Salvador: EDUFBA, 2010.

CULPEPER, J. *Impoliteness: using language to cause offence*. Cambridge and NY: Cambridge University Press, 2011.

DUARTE, C. R.; SILVA, F. V. A discórdia das canetas: um estudo do ethos em páginas do Facebook. *Letras de Hoje*. 2018, v. 53, n. 3, p. 363-373. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15448/1984-7726.2018.3.30549>. Acesso em: 14 jul. 2019.

- KERBRAT-ORECCHIONI, C. *L'énonciation*. Paris: Armand Colin, 1980.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. *Le discours en interaction*. Paris, Armand Colin, 2005.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. *Análise da Conversação*. São Paulo: Parábola, 2006.
- MICHELI, R. *L'émotion argumentée*. Paris: Le Cerf, 2010.
- RODRIGUES, M. G. S. Linguística textual e responsabilidade enunciativa. In: RIVALDO, C. J.; LINS, M. P. P. L.; ELIAS, V. M. *Linguística textual: diálogos interdisciplinares*. São Paulo: Labrador, 2017, p. 299-316.
- SEARA, I. R.; CABRAL, A. L. T. O comentário elogiativo nas redes sociais: estratégias de cortesia valorizadora. *Revista da Ass. Portuguesa de Linguística*. 2017, v. 9, n. 3, p. 311-332. Disponível em: <https://doi.org/10.2634/213-907/rapln3ano2017a17>. Acesso em: 10 jul. 2019.
- SILVA, A. A. Polêmica nas redes sociais: interações sobre o ataque ao candidato Jair Bolsonaro. *Revista de Letras JUÇARA*. 2018, v. 02, n. 02, p. 256-272. Disponível em: <https://doi.org/10.18817/rlj.v2i2.1703>. Acesso em: 18 de jul. 2019.
- WIERZBICKA, A. *Semantics*. Primes and Universals. Oxford: Oxford. Press, 1999.

Recebido em: 13 de maio de 2020

Aceito em: 09 de agosto de 2020

Publicado em: 18 de agosto de 2020